



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E DA AMAZÔNIA – CINDRA**

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a fixação de preços padrão por regiões do País, para obras pelos Ministérios da Educação e da Saúde.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no disposto pelo artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em reunião de audiência pública para debater sobre a fixação de preços padrão por regiões do País, para obras pelos Ministérios da Educação e da Saúde, as seguintes autoridades:

1. DÁRCIO GUEDES JÚNIOR, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde - FNS;
2. CARLOS ALBERTO DECOTELLI, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

JUSTIFICAÇÃO

Estados da Amazônia que em geral dependem de recursos dos ministérios da Saúde e Educação para construção de unidades de saúde, escolas e creches, enfrentam grandes dificuldades com o sistema de padronização dessas obras.

Embora haja o reconhecimento de gestores estaduais e municipais sobre algumas vantagens na padronização, numa região com tantas particularidades como é a amazônica, onde em municípios do mesmo Estado, para alguns o acesso se dá por rodovia federal pavimentada, outros são isolados, sem ligação rodoviária, cuja única forma de fazer chegar material de construção é pelos rios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

Só para ilustrar com um exemplo, no meu Estado, o Acre, quatro municípios são isolados. Todo o material chega em embarcações e apenas no período chuvoso, quando os rios permitem navegação com maior capacidade de carga.

No município do Jordão (AC) tem empreiteiro que já gastou R\$ 500 mil reais somente com frete do material para a construção de uma escola, não conseguiu finalizar e está abandonado o contrato deixando a obra inacabada.

Além disso, as circunstâncias acima expostas atrasam a conclusão das obras em até quatro anos ou mais, defasando ainda mais o valor contratado e tornando impossível não deixar pra trás obras paralisadas, empresas inadimplentes e prefeitos respondendo processos no TCU.

A presente Audiência Pública quer enfrentar essa realidade e, pelo debate, encontrar soluções para que a legislação criada pelos ministérios encontre maneiras de tratar realidades tão distintas com maior equilíbrio, para o bem dos brasileiros que vivem nas localidades mais afastadas e com maior dificuldade de acesso.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC